

O PAPEL DO PROFESSOR NA MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

THE TEACHER'S ROLE IN MEDIATING THE LEARNING OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS

Leticie Filgueira da Silva do Nascimento Moraes

MUST University, Estados Unidos

Maria de Lourdes Bulhoes Corrêa

MUST University, Estados Unidos

Aylla Lorena Gomes Lôbo Palma

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Thierli dos Santos Pereira Pupim

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Rosely Dias de Carvalho Gomes

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/zz439435>

Publicado em: 04.05.2025

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar como a mediação pedagógica contribuiu para o acesso ao currículo por estudantes com deficiência, considerando os desafios e as possibilidades relacionados à atuação colaborativa entre docentes e ao uso de tecnologias assistivas. O tema abordado centrou-se na relação entre práticas de mediação docente e estratégias de inclusão educacional de alunos com necessidades comunicacionais complexas. A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, de natureza qualitativa, e baseou-se na análise crítica de publicações acadêmicas veiculadas entre 2014 e 2025, selecionadas a partir de critérios de pertinência temática, atualidade e revisão por pares. Os dados foram sistematizados em três eixos analíticos: mediação docente como estratégia de acesso curricular; colaboração entre professores do ensino comum e da educação especial; e formação docente aliada ao uso de tecnologias assistivas. A análise permitiu concluir que a mediação pedagógica, quando articulada à formação continuada e ao uso planejado de recursos assistivos, constitui elemento central na promoção da participação e da aprendizagem de estudantes com deficiência. Constatou-se, ainda, que a colaboração efetiva entre professores, embora fundamental, ainda encontra entraves institucionais e requer políticas formativas consistentes. A pesquisa destacou a importância de práticas pedagógicas sensíveis às singularidades dos estudantes, bem como a necessidade de ampliar investigações empíricas sobre sua aplicação nos contextos escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação Curricular; Comunicação Alternativa; Recursos Educacionais; Práticas Colaborativas; Inclusão Escolar.



ABSTRACT: This study aimed to analyze how pedagogical mediation contributed to curriculum access for students with disabilities, considering the challenges and possibilities related to collaborative teaching practices and the use of assistive technologies. The central theme focused on the relationship between mediation practices and educational inclusion strategies for students with complex communication needs. The research was characterized as bibliographic, with a qualitative approach, and was based on critical analysis of academic publications issued between 2014 and 2025, selected according to criteria of thematic relevance, timeliness, and peer review. The data were systematized into three analytical axes: teacher mediation as a strategy for curriculum access; collaboration between general education teachers and special education teachers; and teacher training associated with the use of assistive technologies. The analysis led to the conclusion that pedagogical mediation, when combined with continuing education and the planned use of assistive resources, constitutes a central element in promoting participation and learning for students with disabilities. It was also found that effective teacher collaboration, although essential, still faces institutional barriers and requires consistent training policies. The research emphasized the importance of pedagogical practices sensitive to students' individual characteristics, as well as the need to expand empirical investigations into their implementation in school contexts.

KEYWORDS: Curriculum Adaptation; Alternative Communication; Educational Resources; Collaborative Practices; School Inclusion.

Introdução

Nas últimas décadas, a consolidação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar gerou impactos significativos na organização dos sistemas educacionais, desafiando-os a repensar práticas e estruturas tradicionalmente excludentes. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a vigência de normativas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva constituíram marcos legais que afirmaram o direito de estudantes com deficiência a uma educação de qualidade, em contextos escolares comuns. Entretanto, apesar dos avanços normativos, persistiram lacunas expressivas entre o discurso institucional da inclusão e a prática cotidiana das escolas. Nesse cenário, o papel do professor, em articulação com mediadores escolares e tecnologias assistivas, assumiu centralidade nos debates pedagógicos sobre o acesso ao currículo por estudantes com necessidades educacionais complexas, especialmente aqueles com limitações de comunicação.

A escolha por investigar a mediação docente na educação inclusiva fundamentou-se na constatação de que a simples inserção de estudantes com deficiência em salas regulares não assegura, por si só, a efetividade do direito à aprendizagem. Em diversas instituições, observa-se a ausência de estratégias intencionais que promovam a participação ativa desses estudantes no processo educativo, comprometendo sua permanência, seu desenvolvimento e sua autonomia. Tal realidade justifica a necessidade de aprofundar a análise sobre os modos como professores do ensino comum e da educação especial articulam suas práticas, e de que forma a formação docente e o uso de tecnologias assistivas podem contribuir para a construção de ambientes mais acessíveis, comunicativos e responsivos à diversidade.

Diante desse contexto, a presente pesquisa buscou responder à seguinte questão: em que medida a mediação docente, articulada à formação profissional e ao uso de tecnologias assistivas, favorece o acesso curricular de estudantes com necessidades complexas de comunicação no contexto

da educação inclusiva? Com base nessa indagação, definiu-se como objetivo geral analisar como a mediação pedagógica contribuiu para o acesso ao currículo por estudantes com deficiência, considerando os desafios e as possibilidades relacionados à atuação colaborativa entre docentes e ao uso de recursos assistivos. Os objetivos específicos consistiram em: (i) compreender o papel do professor e do mediador escolar como agentes de mediação na promoção da aprendizagem; (ii) identificar obstáculos e potencialidades na relação colaborativa entre professores do ensino comum e da educação especial; e (iii) examinar a influência da formação docente e do uso de tecnologias assistivas no atendimento de estudantes com dificuldades comunicacionais.

Para alcançar tais objetivos, empregou-se uma metodologia de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, voltada à análise crítica de produções acadêmicas publicadas entre 2014 e 2025. A pesquisa baseou-se em textos científicos obtidos por meio de buscas sistemáticas em bases como SciELO, Google Scholar e repositórios institucionais, utilizando palavras-chave como 'mediação pedagógica', 'educação inclusiva', 'professor mediador', 'comunicação alternativa' e 'tecnologias assistivas'. A análise dos materiais foi organizada em três eixos temáticos, correspondentes aos capítulos do presente artigo.

O estudo ancorou-se em autores que vêm contribuindo para o debate sobre inclusão escolar e práticas pedagógicas mediadoras, como Mamedes (2021), Rigoletti e Deliberato (2020), Santos e Campelo (2023), Vasconcellos e Dutra (2018) e Mousinho *et al.* (2010). As contribuições desses estudiosos permitiram o aprofundamento teórico sobre os papéis e limites da mediação, da formação docente e da articulação entre políticas públicas e práticas escolares no enfrentamento das barreiras à participação de estudantes com deficiência.

Este artigo foi estruturado em três capítulos analíticos. No primeiro capítulo, 'A mediação docente como estratégia de acesso curricular na educação inclusiva', discutiu-se o papel da mediação pedagógica como facilitadora da aprendizagem e do desenvolvimento de estudantes com deficiência. No segundo, intitulado 'Desafios e possibilidades da colaboração entre professor do ensino comum e professor de educação especial', foram examinadas as condições institucionais e pedagógicas para a atuação colaborativa e seus efeitos na construção de práticas inclusivas. O terceiro capítulo, 'Formação docente e uso de tecnologias assistivas na mediação de estudantes com necessidades complexas de comunicação', abordou as implicações da formação profissional e da incorporação de tecnologias no cotidiano escolar, com foco na promoção da comunicação e da autonomia dos estudantes. Ao final, apresentaram-se as considerações conclusivas e sugestões para futuras investigações.

Metodologia

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, fundamentada na realização de uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de investigação consiste na análise de publicações já existentes, com o objetivo de examinar criticamente o conhecimento acumulado sobre determinada temática. Segundo Santana e Narciso (2025, p. 1579), 'a metodologia deste estudo foi baseada em uma pesquisa bibliográfica, caracterizada pela análise de obras e textos publicados que tratam de metodologias científicas aplicadas à educação'. Essa modalidade de estudo mostrou-se adequada para alcançar os objetivos propostos, pois

permitiu o mapeamento de debates contemporâneos relacionados à mediação pedagógica, à inclusão escolar e ao uso de tecnologias assistivas no atendimento a estudantes com deficiência.

A coleta de dados foi realizada de forma sistemática, utilizando bibliotecas físicas e digitais, bases de dados acadêmicas e editoras especializadas (Narciso; Santana, 2025, p. 19461). Dentre as plataformas consultadas, destaca-se a base SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), uma biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos de acesso aberto e que atende aos critérios de qualidade editorial exigidos pela comunidade acadêmica. Também foram utilizadas outras fontes como Google Scholar, periódicos institucionais e repositórios de universidades.

A seleção do material seguiu etapas rigorosas: inicialmente, foram definidas as palavras-chave para a busca, utilizando termos simples, em língua portuguesa, diretamente vinculados ao objeto do estudo. As expressões aplicadas foram: ‘mediação pedagógica’, ‘educação inclusiva’, ‘professor mediador’, ‘comunicação alternativa’ e ‘tecnologias assistivas’. Essas palavras-chave foram combinadas com o uso de operadores booleanos básicos, como ‘AND’ e ‘OR’, o que possibilitou o refinamento dos resultados sem comprometer sua abrangência.

Em seguida, foi realizada a triagem dos materiais com base nos critérios de inclusão: foram considerados apenas os textos publicados entre 2014 e 2025, com foco em contextos educacionais brasileiros e revisados por pares. Priorizou-se a seleção de artigos científicos, dissertações, livros e capítulos com contribuições teóricas e/ou empíricas relevantes para a análise dos temas tratados. Por outro lado, foram excluídos trabalhos de opinião, publicações sem referência metodológica explícita e documentos sem reconhecimento institucional.

As ideias de Santana *et al* (2025, p. 11) apontam que “a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento enriquece as abordagens metodológicas”, perspectiva que orientou a análise dos textos sob um viés interdisciplinar, especialmente ao articular elementos da pedagogia, da psicologia e da tecnologia assistiva. O processo de sistematização das informações envolveu a leitura exploratória dos títulos e resumos, a leitura seletiva dos textos completos e, por fim, a análise crítica com base em categorias temáticas alinhadas aos objetivos específicos da pesquisa.

Dessa forma, o uso de métodos bibliográficos, associado a critérios bem definidos de seleção e à diversidade de fontes acadêmicas, viabilizou uma compreensão aprofundada das práticas de mediação docente no contexto da inclusão escolar, permitindo o alcance das metas analíticas e interpretativas delineadas neste estudo.

A mediação docente como estratégia de acesso curricular na educação inclusiva

A mediação docente como estratégia de acesso curricular na educação inclusiva revela-se um componente essencial para promover condições de aprendizagem equitativas aos estudantes com deficiência ou transtornos do desenvolvimento. A presença do mediador no cotidiano escolar extrapola a simples figura de apoio, assumindo um papel dinâmico e interventivo, cuja finalidade é facilitar a compreensão dos estímulos e conteúdos pedagógicos, bem como favorecer o engajamento dos estudantes nos processos escolares. De acordo com Mamedes (2021, p. 2)

o professor é o agente que planeja e executa as práticas pedagógicas, enquanto o mediador precisa, no mesmo momento, dar um suporte específico, individualizado e complementar à criança que apresenta necessidades educacionais especiais, em função de suas limitações sensoriais, motoras, intelectuais, comportamentais, entre outras.

Ainda segundo esse autor, o mediador atua como elo entre o estudante e os objetos de conhecimento, adaptando materiais e utilizando recursos alternativos que favoreçam a compreensão das atividades, sem, no entanto, substituir o papel do docente. Essa mediação, portanto, exige sensibilidade, formação e capacidade de observação para captar as singularidades de cada aluno e direcionar intervenções eficazes. Mousinho *et al.* (2010, p. 94) reforçam essa concepção ao afirmarem que

o mediador escolar é o profissional que, no processo de aprendizagem, favorece a interpretação do estímulo ambiental atribuindo significado à informação recebida e possibilitando a compreensão de regras e princípios, tornando o estímulo relevante e significativo para o aluno com deficiência/transtorno do desenvolvimento.

A esse respeito, destaca-se a contribuição de Vasconcellos e Dutra (2018, p. 153), ao salientarem que

cabe ao mediador acompanhar a criança em todos os ambientes da escola, desde a entrada da criança em sala, as aulas, e a saída, priorizando sempre o seu desenvolvimento integral. Assim, em certas circunstâncias o mediador deve começar a se afastar para que a criança possa adquirir a autonomia, e nos momentos precisos retornar a interceder com o objetivo de que ela adquira uma aprendizagem significativa.

A mediação, portanto, deve ser pensada não como um apoio contínuo e permanente, mas como uma presença estratégica, ajustada às necessidades e ao progresso do estudante. O professor, ao assumir o papel de mediador pedagógico, deve compreender o contexto digital e incorporar práticas que dialoguem com a realidade dos alunos. Para Santana *et al.* (2021), é fundamental que o docente seja protagonista na transformação do ensino, utilizando as TDICs de forma intencional e estratégica para promover uma educação inclusiva.

Nesse mesmo sentido, Rigoletti e Deliberato (2020) destacam que a mediação pedagógica favorece a emergência de habilidades cognitivas relevantes, permitindo que o estudante com deficiência não apenas adquira o conhecimento, mas seja capaz de generalizá-lo em outros contextos. Os autores afirmam que

a mediação entre professor e aluno é uma ação importante para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, em que podem demonstrar, em situações de aprendizagem mediada, habilidades cognitivas capazes de generalizar o conhecimento e aplicá-los em outra situação (Rigoletti; Deliberato, 2020, p. 13).

Além disso, evidências empíricas apontam que práticas mediadoras eficazes não se limitam à comunicação verbal. Os professores, ainda que com limitações no uso de tecnologias assistivas, buscam explorar outras formas de expressão como gestos, imagens e símbolos para garantir o acesso ao currículo. Nessa perspectiva,

embora os professores indiquem limites na apropriação dos recursos de CSA, percebe-se que há um esforço em implementar práticas mediadoras por meio de diferentes formas comunicativas, como gestos, figuras, imagens, entre outros elementos expressivos que oportunizam a participação e o acesso ao conteúdo pedagógico (Rigoletti; Deliberato, 2020, p. 16).

Cabe também destacar que a mediação deve ser planejada em conformidade com os objetivos pedagógicos e ajustada às competências comunicativas do estudante. O relato analisado

por Rigoletti e Deliberato (2020) exemplifica como a mediação bem orientada pode contribuir para o desenvolvimento da linguagem verbal de estudantes com deficiência, ao utilizarem modelos adequados às suas necessidades.

Portanto, é possível afirmar que a mediação docente, quando realizada de maneira intencional, planejada e sensível à diversidade, configura-se como estratégia indispensável ao acesso curricular na educação inclusiva. Em consonância com Glat e Blanco (2009), a inclusão vai além da presença física: implica participação efetiva, compreensão dos conteúdos e apoio especializado. Nesse processo, o mediador não apenas facilita a comunicação e a aprendizagem, mas promove a autonomia e a valorização das capacidades dos estudantes, consolidando-se como figura-chave na construção de práticas pedagógicas mais justas e equitativas.

Desafios e possibilidades da colaboração entre professor do ensino comum e professor de educação especial

A colaboração entre o professor do ensino comum e o professor de educação especial constitui um elemento central na construção de práticas pedagógicas inclusivas. A efetivação dessa parceria, entretanto, ainda enfrenta entraves institucionais e conceituais que dificultam sua consolidação como prática rotineira nas escolas. A despeito do reconhecimento legal e político da importância da atuação colaborativa, observa-se que a articulação entre esses profissionais é frequentemente comprometida pela ausência de estrutura, de formação específica e de planejamento coletivo. Conforme assinala Mamedes (2021, p. 2)

o mediador deve conhecer o planejamento pedagógico do professor regente, respeitar sua atuação, compreender que seu papel é de colaboração e suporte, e não de substituição. Sua intervenção deve estar articulada com o planejamento do docente e estar voltada à construção de uma prática inclusiva.

Por conseguinte, o reconhecimento mútuo das funções e competências de cada profissional emerge como condição essencial para o êxito da proposta inclusiva. A esse respeito, Santos e Campelo (2023, p. 5) defendem que

o atendimento educacional especializado não deve ser o único responsável para ofertar as condições necessárias para o atendimento a esses alunos, é preciso que toda a escola trabalhe em cooperação buscando através de uma ação colaborativa atender de maneira mais eficaz as necessidades de cada aluno incluído.

Tal perspectiva rompe com a concepção fragmentada da inclusão e promove a corresponsabilidade de toda a equipe escolar na mediação do processo de aprendizagem. No entanto, nem sempre essa corresponsabilidade é efetivamente traduzida em práticas concretas. Rigoletti e Deliberato (2020, p. 16) observam que

as discussões dos professores revelaram, em alguns momentos, ausência de apoio da equipe pedagógica e de outros profissionais na organização e uso dos sistemas de CSA. Esse isolamento profissional compromete a mediação qualificada e a construção de práticas colaborativas interdisciplinares.

Isso evidencia que, mesmo com diretrizes legais e recomendações institucionais, a colaboração docente depende de iniciativas organizacionais capazes de promover o diálogo entre os diferentes segmentos da escola. Adicionalmente, a ausência de profissionais como mediadores

ou professores especializados em muitas instituições escolares torna o cenário ainda mais desafiador. De acordo com Mamedes (2021, p. 3),

o mediador escolar não é uma realidade de todas as escolas. A demanda pelo mediador pode surgir de maneiras diversas: por intermédio da escola, da família e até mesmo dos profissionais da saúde que acompanham a criança. Essa prática encontra subsídio legal na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/15) e na Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (nº 12.764/12).

Embora haja respaldo jurídico para a presença do mediador, a efetivação desse apoio depende da articulação entre políticas públicas e práticas institucionais. Apesar desses desafios, é possível identificar experiências em que a colaboração se concretiza em práticas pedagógicas adaptadas à realidade dos alunos. Santos e Campelo (2023, p. 10) destacam que

o mediador escolar, junto do professor regente da turma devem pensar em propostas e estratégias condizentes com a realidade de cada aluno incluído, valorizando os seus conhecimentos e adaptando materiais, conteúdos e conceitos para que possam auxiliar o aluno nas temáticas que apresenta dificuldade.

Essa proposta de coautoria do processo pedagógico reforça a relevância de um planejamento compartilhado e centrado nas especificidades de cada estudante. Com base nessa concepção, Rigoletti e Deliberato (2020, p. 4) enfatizam que

neste ponto de encontro na escola, espera-se que os professores do ensino comum e os da educação especial possam estar inseridos em salas regulares. Sabe-se que os alunos, a maioria, é definida, rotulada e medicada sem a devida escuta profissional e sem um trabalho colaborativo efetivo entre os diferentes segmentos da equipe escolar.

Tal crítica denuncia não apenas a fragmentação das ações, mas também a urgência de práticas que promovam a escuta ativa e a construção conjunta de estratégias educacionais. Além disso, o trabalho colaborativo entre professores é fundamental para que as adaptações curriculares e o uso de recursos assistivos se tornem efetivos. De acordo com Rigoletti e Deliberato (2020, p. 17)

quando usados em benefício do desenvolvimento, os sistemas de CSA aliados ao modelo verbal têm a potência de articular o uso de todos os recursos de comunicação mais amplamente. [...] Isso requer o envolvimento de todos os profissionais da escola, com apoio técnico especializado.

Portanto, não se trata apenas de integrar diferentes recursos, mas de integrar profissionais e saberes em um processo educativo comum. Em síntese, a colaboração entre professores do ensino comum e da educação especial é uma dimensão indispensável da educação inclusiva, mas que ainda carece de condições estruturais, formativas e organizacionais para se materializar de forma ampla. Os autores mobilizados convergem quanto à necessidade de superação do isolamento profissional, da institucionalização de práticas cooperativas e da valorização da escuta sensível como princípio pedagógico. Para que a inclusão seja efetiva, é imperativo que os profissionais atuem de forma integrada, compartilhando responsabilidades e construindo, de maneira coletiva, caminhos que possibilitem o acesso e a permanência de todos os estudantes no currículo escolar.

Formação docente e uso de tecnologias assistivas na mediação de estudantes com necessidades complexas de comunicação

A atuação docente voltada à mediação pedagógica de estudantes com necessidades comunicacionais complexas requer, necessariamente, uma formação profissional articulada ao uso competente de tecnologias assistivas. A eficácia desse processo mediacional está condicionada a diversos fatores, dentre os quais sobressaem a qualificação técnica do professor, a compreensão aprofundada das particularidades do estudante e a existência de condições institucionais que viabilizem a utilização de recursos acessíveis de forma planejada. Como assinala Mamedes (2021), tal mediação demanda um processo formativo contínuo e específico, tanto para professores quanto para mediadores, contemplando conhecimentos sobre estratégias pedagógicas, recursos acessíveis e tecnologias que promovam a comunicação e a interação no ambiente escolar. Essa perspectiva aponta para a necessidade de integrar fundamentos teóricos e experiências práticas, de modo a responder às especificidades dos sujeitos da educação inclusiva.

Nesse contexto, observa-se que a incorporação de tecnologias assistivas não se resume à aquisição de equipamentos, mas requer planejamento pedagógico articulado às condições reais da escola. Conforme explicita Mamedes (2021, p. 2),

o uso de tecnologias assistivas deve estar alinhado às necessidades da criança e às possibilidades da instituição. Isso implica planejamento pedagógico que considere softwares, equipamentos, materiais concretos e demais ferramentas que auxiliem no processo de comunicação e de desenvolvimento da autonomia.

Assim, o papel docente é ampliado, exigindo do educador não apenas domínio de conteúdo, mas também competência para selecionar e aplicar recursos compatíveis com os modos diversos de aprender e comunicar. Além disso, o uso de sistemas de comunicação suplementar e alternativa (CSA) vem sendo apontado como estratégia eficaz para promover a interação de alunos com deficiência. Rigoletti e Deliberato (2020, p. 20) destacam que

os dados do presente estudo evidenciaram que, de acordo com as percepções dos professores, fica claro que a CSA é um dos caminhos que facilitará as intenções comunicativas e trará benefícios nas mediações pedagógicas, contribuindo com o desenvolvimento de habilidades acadêmicas dos alunos.

Essa constatação reforça a importância de integrar tais recursos à prática cotidiana, como forma de favorecer a participação efetiva dos estudantes nas atividades escolares. A operacionalização das tecnologias assistivas nas instituições escolares ainda encontra entraves significativos vinculados à insuficiência de formação docente. Em múltiplos cenários educacionais, os profissionais não dispõem de um processo formativo sistematizado que os habilite a incorporar esses recursos de modo alinhado às finalidades pedagógicas. Nessa direção, Rigoletti e Deliberato (2020, p. 19) indicam que

os resultados desta pesquisa apontaram a necessidade de obrigatoriedade legal de ser oferecida formação inicial e continuada com conteúdos específicos que possam contemplar as diversas características dos alunos do ensino regular.

A carência de políticas públicas voltadas à qualificação docente em temáticas como a comunicação suplementar e alternativa compromete a efetividade das práticas inclusivas, perpetuando abordagens pouco responsivas à complexidade das necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Mesmo diante desse cenário, é possível identificar um movimento

crescente de interesse dos docentes em aprender e aplicar recursos assistivos. Como apontam Rigoletti e Deliberato (2020, p. 16),

apesar de identificar-se resistência, os dados revelaram que a maior parte dos professores demonstrou interesse em aprender a utilizar os sistemas de CSA, reconhecendo neles uma ferramenta útil para apoiar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência e necessidades comunicativas.

Tal disposição, quando acompanhada de suporte institucional e formação contínua, pode converter-se em ação pedagógica efetiva. Paralelamente, adaptações de cunho material e sensorial também se mostram relevantes, sobretudo na educação infantil. Santos e Campelo (2023, p. 8) assinalam que, nesse nível de ensino

é preciso adaptar certos conceitos e atividades, na forma em que, podem ser utilizados materiais concretos, utilização de materiais em e.v.a. para abordar as formas geométricas, cores e sequenciação, garrafas para trabalhar tamanhos [...] e o jogo simbólico.

Além disso, os autores convergem na defesa de ambientes escolares organizados com estímulos sensoriais diversificados, os quais favorecem o engajamento e a descoberta ativa de crianças com deficiência. Para Santos e Campelo (2023, p. 8), é possível “adaptar o solário fornecendo mais estímulos” e utilizar “tapete sensorial [...] para que sejam abordadas diferentes texturas e possibilidades de descobertas”. Tais estratégias viabilizam a criação de experiências pedagógicas acessíveis desde os primeiros anos da educação infantil. De forma complementar, Vasconcellos e Dutra (2018, p. 154) destacam “a importância da utilização de cartões ou imagens de rotina”, que permitem à criança compreender e antecipar as atividades diárias. Essa previsibilidade, além de reduzir a ansiedade, promove maior autonomia. Assim, a combinação entre recursos visuais, materiais acessíveis e organização do espaço mostra-se decisiva na mediação pedagógica inclusiva, especialmente em contextos marcados por necessidades comunicacionais complexas.

Por fim, observa-se que a mediação docente, quando alicerçada em formação específica e no uso de tecnologias assistivas, possibilita o acesso ao currículo e amplia as oportunidades de participação escolar de estudantes com necessidades comunicacionais complexas. A convergência entre os autores analisados revela que o investimento em políticas formativas, aliadas a recursos acessíveis e metodologias sensíveis à diversidade, representa um caminho efetivo para a consolidação da inclusão educacional. Entretanto, permanece o desafio de integrar essas práticas ao cotidiano escolar de modo sistemático, garantindo que a mediação pedagógica se constitua como um direito e não como uma exceção.

Resultados e análise dos dados

A análise dos dados obtidos no presente estudo evidencia que a mediação docente desempenha papel crucial na promoção da inclusão educacional, especialmente para estudantes com necessidades comunicacionais complexas. A atuação do mediador, ao facilitar a interpretação de estímulos ambientais e atribuir significado às informações recebidas, contribui significativamente para a compreensão de regras e princípios por parte dos alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento (Mousinho *et al.*, 2010, p. 94).

Além disso, a colaboração entre professores do ensino comum e da educação especial surge como elemento fundamental para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. A integração de esforços entre esses profissionais permite a elaboração de estratégias adaptadas às realidades dos alunos, valorizando seus conhecimentos e promovendo a participação ativa no processo de aprendizagem (Santos; Campelo, 2023, p. 10).

No que tange à formação docente, observa-se a necessidade de capacitação contínua e específica para o uso eficaz de tecnologias assistivas. A falta de preparo adequado dos professores pode comprometer a implementação de recursos que favoreçam a comunicação e a interação no ambiente educacional (Mamedes, 2021, p. 2). Nesse contexto, a formação inicial e continuada deve contemplar conteúdos específicos que atendam às diversas características dos alunos do ensino regular (Rigoletti; Deliberato, 2020, p. 19).

Entretanto, a efetivação dessas práticas enfrenta desafios, como a ausência de apoio da equipe pedagógica e de outros profissionais na organização e uso dos sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA). Esse isolamento profissional compromete a mediação qualificada e a construção de práticas colaborativas interdisciplinares (Rigoletti; Deliberato, 2020, p. 16).

Diante disso, é imperativo que futuras pesquisas investiguem estratégias para superar essas barreiras, explorando modelos de formação docente que integrem teoria e prática, bem como políticas institucionais que incentivem a colaboração entre profissionais da educação. Além disso, estudos que analisem o impacto de ambientes escolares planejados com estímulos sensoriais variados podem oferecer insights valiosos para a promoção do engajamento e da exploração ativa por parte de crianças com deficiência.

Conclusão

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo permitiram responder de maneira substancial às questões delineadas na introdução e aprofundadas na metodologia. Ao investigar o papel da mediação docente na promoção da inclusão educacional de estudantes com deficiência, com foco nos aspectos curriculares, colaborativos e tecnológicos, foi possível compreender a complexidade do processo inclusivo, bem como as condições que o tornam exequível nas instituições escolares.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar as estratégias de mediação pedagógica voltadas ao acesso curricular de alunos com necessidades educacionais específicas, com ênfase na atuação do professor mediador, na cooperação entre docentes e no uso de tecnologias assistivas. Para atingi-lo, foram definidos três objetivos específicos: (i) compreender a mediação como estratégia de acesso curricular; (ii) identificar os desafios e possibilidades da colaboração entre docentes do ensino comum e da educação especial; e (iii) examinar o papel da formação docente e das tecnologias assistivas na mediação com estudantes com necessidades comunicacionais complexas.

Tais objetivos foram integralmente atendidos. Constatou-se que a mediação pedagógica, quando estruturada a partir das singularidades dos estudantes e integrada ao planejamento docente, constitui ferramenta eficaz para ampliar o acesso aos conteúdos escolares. Também se evidenciou que a colaboração entre professores de distintas áreas, embora marcada por entraves

institucionais, apresenta potencial significativo para a construção de práticas pedagógicas compartilhadas e responsivas. Além disso, identificou-se que a formação docente e o uso de tecnologias assistivas são fatores determinantes para a mediação em contextos de comunicação atípica, exigindo políticas formativas contínuas e condições materiais adequadas.

A pesquisa, contudo, revelou lacunas que demandam aprofundamento em investigações futuras. Recomenda-se a realização de estudos empíricos que examinem, em contextos escolares concretos, os efeitos da mediação docente na trajetória acadêmica de alunos com deficiência, bem como análises comparativas sobre a implementação de políticas de inclusão em diferentes redes de ensino. Além disso, seria pertinente explorar a relação entre gestão escolar e a institucionalização de práticas colaborativas, com vistas a entender como dinâmicas organizacionais favorecem ou limitam a inclusão efetiva. Por fim, sugere-se a ampliação das pesquisas interdisciplinares que articulem pedagogia, psicologia, fonoaudiologia e tecnologia assistiva, contribuindo para a formulação de práticas educativas mais integradas e acessíveis.

Referências

- FONSECA, J. O. da; SANTOS, T. R. dos. O papel do professor na mediação da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 11, p. 1–21, 2018.
- NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459–19475, 2024.
- PEREIRA, T. R. A atuação docente na mediação pedagógica de alunos com deficiência: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, v. 34, n. 1, p. 101–120, 2021.
- RIGOLETTI, V. C.; DELIBERATO, D. Mediações pedagógicas com alunos com deficiência e necessidade complexa de comunicação: percepção dos professores. **Revista Educação Especial**, v. 33, n. 1, p. 1–25, 2020.
- SANTANA, A. C. de A.; PINTO, E. A.; MEIRELES, M. L. B.; OLIVEIRA, M.; MUNHOZ, R. F.; GUERRA, R. S. Educação & TDIC's: democratização, inclusão digital e o exercício pleno da cidadania. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2084–2106, 2021.
- SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577–1590, 2025.
- SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.